CARTA AOS ESTUDANTES DO CAMPO: CONECTANDO SABERES, TRANSFORMANDO REALIDADES

Gleiciene Moreira de Souza
Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil
gleicienesouzacnn@gmail.com
Iure Dourado Coelho
Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil
iuredouradoidc@gmail.com
Raiane dos Santos Souza
Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil
ped.raianesouza@gmail.com
Deysiene Cruz Silva
Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil
deysienesilva@uneb.br
Edna Souza Moreira
Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil
esmoreira@uneb.br

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Prezados(as) estudantes do campo,

Escrevemos-lhes esta carta pedagógica, inspirado/as no saudoso Paulo Freire, que em sua obra “Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido”, nos convida a refletir sobre a educação enquanto processo que se efetiva mediante o afeto e a esperança como ação. Assim, buscamos compartilhar com vocês, estimados/as leitores/as, experiências significativas das nossas trajetórias estudantis. Esperamos que, de alguma forma, essas vivências possam servir de inspiração para tantos outros que, assim como nós, passaram - e ainda passam - por momentos difíceis, cujas raízes estão fincadas em uma sociedade estratificada e excludente que ainda prejudica parte da população, neste caso, nós, povos do campo.

O direito à educação, que hoje nos é assegurado, é fruto das lutas sociais. Sem os enfrentamentos realizados pelos nossos antepassados, não seríamos esse/as que vos escrevem,

tampouco teríamos chegado a este espaço de "privilégio": a Universidade Pública, lugar de produção do conhecimento ao qual poucos têm acesso. Crescemos imersos em estruturas e dinâmicas excludentes e, desde a infância, ouvimos de nossos pais suas narrativas sobre as dificuldades características de seus processos de escolarização, como a ida a pé à escola, em longos percursos, e sobre as condições precárias das instituições que frequentavam - cenários que evidenciam a vulnerabilidade à qual estavam expostos.

Eles conseguiram frequentar a escola por certo período, mas desistiram ao longo do processo educativo por inúmeras razões que não estavam diretamente ligadas a eles, mas às difíceis condições de permanência nesse ambiente de construção de saberes científicos. A evasão escolar naquela época era frequente e "normalizada", justificada pela necessidade dos/as estudantes ajudarem nas tarefas de casa, como o cuidado com os irmãos menores ou o trabalho nas pequenas plantações da família. Nesse contexto, a educação foi, por forças alheias aos sonhos desses sujeitos, reservada a um espaço de coadjuvância, em contraponto ao protagonismo "assumido" pela necessidade de sobrevivência.

Enquanto isso, pessoas mais velhas - como nossos avós e outros de sua geração – nem sequer tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Um dos motivos era que o saber sistematizado sempre foi uma arma poderosa para lutar contra injustiças sociais. Por isso, parte da sociedade nunca desejou que a classe trabalhadora e camponesa tivesse acesso a informações libertadoras. Nessa época, era necessário pagar para ser alfabetizado, o que restringia o processo de ensino-aprendizagem a um grupo muito pequeno. Algumas famílias, já compreendendo a importância da educação, faziam grandes esforços para que os/as filhos/as aprendessem ao menos a ler e escrever.

Ainda hoje somos um grupo social que sofre com a exclusão e a discriminação. Por muito tempo, disseram que os povos do campo não precisavam estudar, pois para o trabalho manual e o uso de ferramentas não seria necessário o estudo. Esse tipo de discurso, usado por aqueles que não desejam a difusão do saber, nada mais é que uma forma de justificar a exploração da nossa força de trabalho sem a devida remuneração. Moreira (2021, p. 69-70) afirma que:

> Tradicionalmente o espaço rural e o modo de vida dos seus sujeitos povoam o imaginário dos indivíduos com representações construídas a partir de estereótipos, gerando narrativas que situam esse espaço como empecilho ao desenvolvimento econômico ou até mesmo fazendo associações restritivas do espaço reduzido à produção de monocultura voltada para exportação.

Nesse contexto, como resquício dessa visão construída historicamente, é possível identificar que ainda persistem estereótipos direcionados aos povos camponeses - alguns advindos das dificuldades de acesso à informação. Um exemplo é quando ouvimos pessoas do próprio campo dizerem que: “Estudo não dá nada a ninguém! Estudar para quê?”. São posicionamentos como esse que precisamos combater, colegas do campo. É exatamente isso que os membros da Casa-Grande (Evaristo, 2020) querem: que acreditemos que o acesso à educação não é para nós.

A educação é direito, garantido mediante a Constituição Federal, que apesar de não se referir de forma explícita a Educação do Campo, em seu Artigo 206° (Brasil, 1988) “Estabelece os princípios para o ensino, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais […]”.

Nessa perspectiva, compreendendo a importância dos aparatos normativos para assegurar condições que favoreçam a aprendizagem dos estudantes, temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 (Brasil, 1996), que reforça o compromisso com os processos educativos dos povos do campo, destinando um artigo específico para tratar das questões dessa modalidade educacional. Diante disso, o documento infraconstitucional define:

> **Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> **I** - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023)
>
> **II** - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Ademais, além de enfatizar que a Educação do Campo é um direito previsto por lei, é necessário destacar que os processos educativos efetivados no âmbito dessa modalidade educacional devem abarcar não apenas os conhecimentos científicos, mas, também, os saberes construídos pelos povos do campo em suas vivências e relações sociais cotidianas. De acordo com Caldart (2004, p. 29) "Todos somos detentores de saberes e é preciso que o diálogo entre educadores e educandos permita a cada um ter consciência dos seus saberes, além de ampliá-los e diversificá-los por meio da partilha e da produção coletiva de novos saberes". Assim, os conhecimentos populares devem ser reconhecidos por sua importância coletiva e social e relacionados ao contexto educacional, para que os processos de ensino-aprendizagem façam sentido para os/as estudantes.

Essa ausência de reconhecimento está diretamente ligada à forma como o conhecimento é mediado pelas instituições de ensino da Educação Básica, principalmente se tratando de unidades situadas em contextos sociais específicos, onde há a necessidade de atuar conforme a valorização e atendimento às especificidades presentes na comunidade. Raramente discutimos de forma crítica as realidades do nosso grupo social. Não aprendemos a identificar os problemas locais, suas origens e, consequentemente, quais ações coletivas são necessárias para transformá-las.

Estudamos no campo desde a Educação Infantil até o primeiro ano do Ensino Médio, e em todo esse tempo, nunca ouvimos falar em Educação do Campo, nem sobre as questões específicas ao modo de vida nesse espaço. Aprendemos sobre cidades distantes, países e culturas diferentes, mas não sobre nossa própria história, nossas manifestações culturais ou os movimentos sociais que sustentam nossas lutas. Faltava o diálogo crítico, que fortalecesse o desenvolvimento intelectual a fim de nos preparar para transformar nossas realidades. Nessa perspectiva, Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 24) especificam o motivo dessa questão educacional quando afirmam que "a educação tem um recorte de classe, portanto, o acesso ao conhecimento científico, filosófico, artístico e da cultura corporal mais avançado não era oferecido ao povo trabalhador, mas aos filhos das classes dominantes".

Mesmo assim, apesar das dificuldades enfrentadas, os estudos nos levaram à universidade. Hoje, enquanto estudantes de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, somos o/as primeiro/as das nossas famílias a ingressar em uma universidade pública — esse espaço que por tanto tempo foi negado às populações camponesas. Aqui, encontramos a possibilidade de transformar não só nossas vidas, mas de abrir caminhos para que outras e outros também cheguem a instituições como essa que proporcionam reflexões com potencial transformador. A universidade nos mostrou que o saber científico não está dissociado do saber popular. Ao contrário: quando caminham juntos, eles se integram, fortalecem e produzem conhecimentos inovadores.

Para encerrar essa carta, escrita com emoção e afeto, agradecemos imensamente a quem chegou até aqui. Esse texto muito se relaciona com a escrevivência proposta por Conceição Evaristo, que nos ensina a escrever mediante nossas vivências. Diante disso, pudemos compartilhar com vocês, caros leitores, lembranças cotidianas do processo de ensino-aprendizagem nas escolas do campo, refletindo sobre o potencial transformador da educação.

A quem é do campo, convidamos à reflexão: nosso território é lugar de identidade, resistência e produção de saberes. Que nunca digamos - ou deixemos que nos digam - que estudar “não dá em nada”. Que nossas palavras, vivências e histórias ocupem os espaços que sempre nos pertenceram, inclusive a universidade. A quem não vive no campo, mas nos lê com respeito, que este texto seja uma ponte para o diálogo, a valorização e o reconhecimento de que o conhecimento camponês também é ciência, também é educação, também é futuro. Que juntos possamos fortalecer os conhecimentos produzidos dentro e fora das universidades.

Com muito respeito e afeto,

Bom Jesus da Lapa (BA), 22 de julho de 2025.

Palavras-chave: Educação do Campo; Identidade; Conhecimento Popular e Científico; Saberes que Transformam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 1-12, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 10 - 31.

EVARISTO, Conceição *et al*. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, v. 1, p. 26-46, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MOREIRA, Edna Souza. **"Entre querer e poder":** o lugar da escola nos projetos de vida de jovens do campo em um contexto de modernização agrícola. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos; PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Concepção de educação do campo. *In*: TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; JÚNIOR, Cláudio de Lira Santos; ESCOBAR, Micheli Ortega (org.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo.** Salvador: EDITORA, 2010. p. 13-65